

Superávit primário de 2002 chega a 4,06% do PIB

Resultado recorde supera acerto com o FMI e é visto pelo mercado como piso para a nova meta

GUSTAVO FREIRE
e RENATO ANDRADE

BRASÍLIA – O setor público brasileiro obteve no ano passado um superávit primário (diferença entre receita e despesa, sem contar gastos com juros) de R\$ 52,364 bilhões, o equivalente a 4,06% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse montante superou em cerca de R\$ 2 bilhões a meta de R\$ 50,3 bilhões (3,88% do PIB) acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O valor também é R\$ 8,709 bilhões maior do que o superávit de R\$ 43,655 bilhões (3,7% do PIB), alcançado em 2001. O resultado de 2002 passa a ser considerado pelo mercado como o piso para a meta para 2003, a ser anunciada na semana que vem.

O superávit primário corresponde à economia que o governo precisa fazer para poder arcar com o pagamento das despesas financeiras da dívida pública e evitar, desse modo, que ela cresça de modo descontrolado. O chefe do Departamento Econômico (Depec) do Banco Central (BC), Altamir Lopes, observou que o saldo do ano passado do chamado setor público consolidado, que engloba as finanças da União, dos Estados e dos municípios, foi o

melhor já registrado pelo BC desde 1991, quando a instituição começou a calcular esse indicador. “O resultado foi extremamente positivo, e isso demonstra a busca pelo saneamento fiscal.” Na avaliação de Lopes, essa busca pelo saneamento das contas públicas deve ser mantida em 2003.

Em dezembro, porém, o setor público teve um déficit primário de R\$ 4,706 bilhões. Para Lopes, esse resultado pode ser considerado normal, devido à sazonalidade do período, no qual se concentram os pagamentos de 13.º salário, férias e a liberação de recursos para custeio e investimento dos governos. O valor negativo de dezembro passado, no entanto, foi substancialmente maior que o déficit de R\$ 2,947 bilhões de dezembro de 2001.

Mesmo com toda a economia realizada no ano passado, o governo não conseguiu evitar que a desvalorização

cambial de 52,3% acumulada em 2002 acabasse provocando estragos nas finanças públicas. A desvalorização, que afeta diretamente a parcela da dívida pública corrigida pelo dólar, foi o principal motivo do aumento das despesas com juros, que chegaram a R\$ 113,9 bilhões em 2002. Em 2002, o valor havia sido de R\$ 86,4 bilhões. Em termos de proporção do PIB, o gasto com juros saltou de 7,19% para 8,43%.

Ao registrar a despesa com juros, porém, o BC usa o chamado critério de competência, ou seja, contabiliza não só o que é

“O resultado foi extremamente positivo, e isso demonstra a busca pelo saneamento fiscal”

Altamir Lopes, do BC



efetivamente gasto, mas também o que poderá gastar no futuro, devido à correção dos papéis da dívida. Assim, não se trata apenas de uma despesa de caixa e o valor exato a ser efetivamente gasto pode eventualmente diminuir, caso o câmbio se valorize, por exemplo.

Estatais – Com a alta da despesa financeira, o chamado déficit nominal, que inclui os juros, passou de R\$ 42,78 bilhões, em 2001, para R\$ 61,6 bilhões, no ano passado. Ou seja, saltou de 3,49% para 4,38% do PIB. Esse valor ficou acima do que era esperado pelo Banco Central. A expectativa de Lo-

pes, no entanto, é de que o resultado nominal de 2003 caia em relação ao verificado em 2002. “O resultado nominal deve recuar em 2003 na medida em que tenhamos um cenário de maior estabilidade”, afirmou.

Todas as esferas de poder registraram recordes de superávits primários nas suas contas em 2002. O único segmento que não alcançou um superávit histórico foi o das estatais. Mesmo assim elas tiveram saldo positivo de R\$ 6,3 bilhões (0,44% do PIB). Para o chefe do Depec, Altamir Lopes, o resultado de 2002 das estatais não significa que houve um menor esforço fiscal dessas companhias.